

A “idolatria democrática” ou a impossível igualdade: um estudo sobre a recepção de François Guizot no Brasil (1848-1860)

Proponente: Marisa Midori Deaecto

E eis a Revolução Francesa que recomeça, pois é sempre a mesma, uma única paixão permanece viva na França: é o ódio do Antigo Regime e a desconfiança contra as antigas classes privilegiadas que o representam aos olhos do povo.
Alexis de Tocqueville (1848)¹

Quanto mais eu penso [na situação do meu país] mais eu me convenço de que seu grande mal, o mal que está no fundo de todos os males, que mina e que destrói seus governos e suas liberdades, sua dignidade e sua felicidade, o mal que eu ataco, é a idolatria democrática.
François Guizot (1849)²

Resumo

Em janeiro de 1849, publicava-se, em Brompton, na Inglaterra, *De la démocratie en France*, de François Guizot. Um libelo contra a República e a democracia, assinado pelo ex-ministro todo-poderoso da Monarquia de Julho, então exilado, após os sucessos da revolução de 23 de fevereiro de 1848. O conteúdo conservador de um livro publicado no calor da “primavera dos povos” atraiu leitores em toda a Europa e alhures. Edições originais e traduzidas foram publicadas na Bélgica, na Alemanha, na Áustria, na Espanha, na Inglaterra, na Itália, na Polônia, em Portugal, na Suécia... e no Brasil. Os jornais cariocas anunciaram a edição em março de 1849. Excertos, debates, comentários e até sua publicação em folhetim surgiram nos meses subsequentes. A edição brasileira, impressa em Paris, saiu em junho. As circunstâncias do aparecimento do livro levantam algumas questões mais gerais sobre a recepção das ideias de Guizot no Brasil: quem eram seus interlocutores entre os quadros políticos nacionais? Em que medida suas considerações acerca da República e da democracia foram lidas e apropriadas pelos ideólogos brasileiros? Diante desse quadro, pergunta-se: quem eram os interlocutores de Guizot entre os quadros políticos nacionais? A trajetória do livro permite, particularmente, alguns questionamentos sobre a recepção de traduções de textos políticos (haveria outros textos traduzidos?), em diferentes suportes (jornais, folhetins, folhetos, livros) e gêneros editoriais, temática pouco explorada até a atualidade.

¹ Apud Fernand Braudel, “Prefácio”, Alexis de Tocqueville, *Lembranças de 1848. As Jornadas Revolucionárias em Paris*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 26.

² François Guizot, *De la Démocratie en France*. Paris: Victor Masson, 1949, p. 2.

Objetivos

O estudo sobre a recepção da obra de François Guizot (1787-1874) no Brasil, mais precisamente, de seu libelo *De la Démocratie en France*, insere-se em um projeto mais ambicioso – e de longo prazo – que consiste em identificar e analisar as edições de autores franceses vertidas para o português, publicadas no período de 1848 a 1889. Embora tenha sido tênue o limite entre a narrativa política e a ficcional³, foram apenas considerados os chamados escritos de circunstância que versaram sobre questões candentes na vaga revolucionária francesa, e as obras históricas, as quais conformam um *corpus* bibliográfico bastante sólido da historiografia sobre a Revolução Francesa no século XIX⁴.

Não se trata, todavia, de refletir sobre a temática da Revolução em termos históricos ou historiográficos. O objetivo do projeto é averiguar se os primeiros escritos sobre a Revolução foram lidos, discutidos ou mesmo apropriados entre os leitores brasileiros. Noutros termos, pergunta-se em que medida o estudo da dinâmica da circulação e recepção do impresso permite ao historiador identificar as matrizes do debate político pautado pelas bandeiras da época, com especial destaque para o liberalismo, o republicanismo e a democracia (ou o sufrágio universal), com suas diversas nuances e seus ideólogos.

Vale notar que esse resgate das duas primeiras gerações de intelectuais e políticos que fixaram seus nomes entre os primeiros intérpretes da Revolução, pareceu igualmente necessário entre os estudiosos franceses, no contexto de seu bicentenário. Como assinala Pierre Rosanvallon, a obra de François Guizot se insere em um conjunto mais amplo de livros esquecidos, senão, pouco lidos e, seguramente, não reeditados na França atual. Todavia, o grupo formado por historiadores, pensadores, ideólogos e homens de Estado teve uma presença notável na cena política francesa – e, sem dúvida, entre os intelectuais de outras partes do globo conectados com os eventos políticos daquele país – no período de 1789 a 1889. É o que se pode inferir da leitura das “obras de Guizot, Thiers, Cousin, Rémusat, Royer-Collard, Mignet, Augustin Thierry, Ballanche, Bonald, para enumerar somente alguns nomes entre os mais célebres”⁵.

³ “Raramente política e literatura tiveram ligação mais íntima do que durante a Revolução de 1848 [...] Sabe-se que um poeta, Lamartine, foi seu porta-voz, que o Governo Provisório da Segunda República compunha-se basicamente de literatos e publicistas – cuja escolha, aliás, dizia-se recair nas insinuações de um editor – que na Assembleia Nacional, como no Parlamento da Igreja de São Paulo em Frankfurt, os escritores encontravam-se desproporcionalmente representados”. Dolf Oehler, *O Velho Mundo Desde aos Infernos. Autoanálise da Modernidade Após os Traumas de Junho de 1848 em Paris*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.13.

⁴ Uma primeira incursão ao tema se deu entre 2012 e 2014, durante minha participação como Pesquisadora Associada (Fapesp-Temático) no Projeto de Cooperação Internacional, “A Circulação Transatlântica dos Impressos (1820-1914)”, coordenado por Márcia Abreu (Unicamp) e Jean-Yves Mollier (UVSQ).

⁵ Pierre Rosanvallon, *Le Moment Guizot*. Paris: Éditions Gallimard, 1985, p. 12. Os estudos de Rosanvallon se tornaram uma referência sobre a temática, aos quais se somaram outras contribuições realizadas sob os auspícios da Association François Guizot, em Nîmes (França): *Actes du colloque François Guizot (1974)*, Paris, Société de l’Histoire du Protestantisme Français, 1976; Gabriel de Broglie, *Guizot*, Paris: Perrin, 1990; Christian Nique, *Comment l’Ecole devint une affaire d’Etat (1815-1840)*, Repères pédagogiques, Paris: Nathan, 1990; *François Guizot et la culture politique de son temps*, préface de François Furet, colloque de la Fondation Guizot-Val Richer, Paris: Gallimard/Le Seuil, 1991; Pierre-Yves Kirschleger, *La religion de Guizot*, Genève: Labor et Fides, 1999; Jean-Miguel Pire, *Sociologie d’un volontarisme culturel fondateur. Guizot et le gouvernement des esprits (1814-1841)*, Paris:

Nesse quadro cronológico, perfazem uma primeira geração os escritos de Mme. De Staël (1766-1817), *Considérations sur la Révolution Française*, com três edições, 1818, 1826 e 1845⁶, e de François Mignet (1796-1884), *L'Histoire de la Révolution Française*, publicado em 1824⁷. Menção especial deve ser feita aos manuscritos de Antoine Barnave (1761-1793), cuja edição póstuma será publicada apenas em 1847⁸. A esses nomes, soma-se uma nova geração de intelectuais nascida sob o Império, a exemplo de Alexis de Tocqueville (1805-1859), mas que, *grosso modo*, apresenta-se como os filhos do Terror e do Consulado. Referimo-nos a François Guizot (1787-1874), Alphonse de Lamartine (1790-1869)⁹, Louis Adolphe Thiers (1797-1877), Augustin Thierry (1795-1856) e Jules Michelet (1798-1874), entre outros escritores que completaram suas formações sob a Restauração e se consagraram após a revolução de 1830.

Dentre eles, Thiers e Guizot gozaram de notável prestígio e poder durante o regime de Luís Felipe (1830-1848). As duas carreiras políticas, juntas, constituem por si uma síntese no mínimo ruidosa dos principais acontecimentos que marcaram a história francesa no século XIX. Thiers tem presença ativa no campo político até o fim da vida – lembremos que ele foi o carrasco da comuna de Paris e se consagrou como presidente do primeiro governo provisório que daria início à III República, em 1870. Guizot, ao contrário, teve fôlego político mais curto, pois ele se retirou da cena pública após os sucessos da revolução de 23 de fevereiro de 1848, que derrubara a Monarquia de Julho e proclamou, nas ruas, a República. O que faz do libelo *De la démocratie en France* tanto uma análise aguda da situação francesa e europeia no calor da “primavera dos povos”, quanto um testamento político eivado de rancores contra a massa que sepultou sua brilhante carreira como ministro das relações exteriores, o que na época equivalia ao cargo de primeiro ministro francês¹⁰.

Por que Guizot? Por que justamente iniciar esse trabalho resgatando a figura e as ideias de um contrarrevolucionário?

Primeiro, como bem aponta Rosanvallon, porque as formulações políticas de François Guizot se situam nesse conjunto de ideólogos que romperam com seus predecessores, portanto,

L'Harmattan, 2002; Laurent Theis, *François Guizot*, Paris: Fayard, 2008; Laurent Theis, *Guizot, la traversée d'un siècle*, Paris: Éditions CNRS, 2014.

⁶ Madame de Staël, *Considérations sur la Révolution Française*. Œuvre présentée et annotée par Jacques Godechot. Paris: Tallandier, 1983, p. 32. A primeira edição teve como título *Considérations sur les principaux événements de la Révolution française* (Ouvrage posthume, publié en 1818 par M. Le Duc de Broglie et M. Le Baron De Staël). Uma segunda edição revista e aumentada será publicada em Paris, por Treuttel & Würtz, em 1826; a terceira edição saiu em Paris, pela Charpentier, em 1845.

⁷ A primeira edição em português de Mignet, editada no Brasil – e identificada até o momento –, intitula-se *História da Revolução Francesa, desde 1789 até 1814*. São Paulo: Empreza Editora de São Paulo de J. Azevedo & Comp., 1889 [coleção da autora].

⁸ Joseph Barnave, *Introduction à la Révolution française*. Texte établi sur le manuscrit original et présenté par Fernand Rude. Paris: A. Colin, 1960.

⁹ Dentre os autores traduzidos para o português, Lamartine foi o mais representativo em termos quantitativos: *O Presente e o Futuro da República*. Tradução. Porto: Typographia de S. J. Pereira, 1850; *História Completa da Revolução Francesa desde 1789 a 1815 e Precedida de um Resumo da História da França por um Brasileiro*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877 [coleção da autora]; *História dos Girondinos*. Traduzida do Francês por... publicada por L. C. da C. Lisboa: Typ. de Luiz Correia da Cunha, 1852, 8 v. [coleção da autora].

¹⁰ As informações de natureza biográfica se valeram dos excelentes trabalhos de Gabriel de Broglie e Laurent Theis.

com o Século das Luzes. Donde sua importância para se compreender a política contemporânea, não apenas do ponto de vista do Estado, mas também da composição das classes políticas e suas ideologias após 1814¹¹. Não se trata de negar o legado de 1789, o que seria impossível. Ele se mantém, com todas as suas nuances e contradições, e a leitura dos escritos de Guizot apenas reforça esta certeza. Trata-se, na verdade, de compreender a maneira como esses ideólogos lidaram com a herança revolucionária e a converteram em projetos de governo. No caso de Guizot, no projeto de aliança das classes dominantes, chave para o equilíbrio do Estado, ou seja, da liberdade¹².

Em segundo lugar, porque Guizot foi lido e debatido no Brasil. Porém, resta saber com qual intensidade. A recepção de *De la démocratie en France* ocorre em um contexto muito particular, ou seja, no momento em que os “praieiros” do Recife promoviam sua revolução, sob o espectro das revoluções europeias, especialmente da francesa¹³. Como apontamos noutro estudo¹⁴, a fortuna bibliográfica desse libelo é muito curiosa, tendo se apresentado como um excelente objeto de análise na perspectiva das “transferências culturais”, tanto pela velocidade com que o livro será traduzido e editado em vários países, quanto pela forma como o discurso nele contido parece se ajustar ao medo e à defesa de princípios que se contrapunham às bandeiras revolucionárias. Também no Brasil, ele terá essa função de antídoto contrarrevolucionário. Pois, se Guizot soube bem defender os princípios da liberdade – desde que bem ajustados ao regime de governo representativo (leia-se, monarquia parlamentar) – ele não ousou se aproximar do ideal de igualdade. Para ele, 1848 era a mais alta expressão da idolatria democrática, logo, da tirania¹⁵.

¹¹ “Pode-se falar, nesse sentido, em ‘momento Guizot’ para qualificar com toda a sua originalidade a cultura liberal dos anos de 1814 a 1848. O que caracteriza Guizot é, com efeito, o ter sido ao mesmo tempo – e às vezes, de forma caricatural – o intérprete consciente das aspirações de toda uma geração intelectual e a expressão de uma extrema singularidade”. Pierre Rosanvallon, *Le Moment Guizot*, op. cit., p. 29.

¹² “É preciso que todos os conservadores estejam juntos, e que os oponentes sejam seus rivais, mas não seus destruidores. Que se dê a esta necessidade o nome que se quiser, que se a chame de transação, fusão, pouco importa; o fato indispensável para que a França atinja, enfim, o objetivo para o qual ela se lançou em 1789, e para que, no seio da liberdade, ela se desperte e se repouse da Revolução”. François Guizot, *Trois Générations*. Paris: Michel Levy Frères, 1863, pp. 206-207.

¹³ O medo da revolução se espelha na própria edição brasileira, em livro, de Guizot, quando se publica, a título de prefácio, uma carta do autor francês endereçada ao tradutor do libelo: “Não tenho nenhuma objeção, senhor, à vossa intenção de traduzir meu último livro sobre a democracia na França. Pelo contrário, muito me conforta de poder servir, mesmo fora de meu país, à causa da verdade e da ordem social. Eu somente vos peço a gentileza de me enviar um exemplar de vossa tradução quando ela vir a lume [...].Guizot. Bomptou, 21 de janeiro de 1849”. F. Guizot, *A democracia na França*. Tradução em português por ***. Paris: Typ. de E. Thurnot et Cie., 1849, p. VIII. Sobre a situação francesa, cf. Maurice Agulhon, 1848. *O Aprendizado da República*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

¹⁴ Marisa Midori Deaecto, “*De la Démocratie en France*, de François Guizot: traduction et réception dans le monde ibérique. Esquisse de la première étape du projet *Entre Livres et Révolutions: la réception de la littérature française au Brésil (1848-1889)*”. In: *La Circulation Transatlantique des Imprimées: Connexions*. Dirigé par Marcia Abreu et Marisa Midori Deaecto. Livre Électronique. Campinas: IEL, 2014, pp. 56-64.

¹⁵ É preciso prestar toda a atenção para o peso da palavra “idolatria” no discurso de Guizot. Ou seja, no discurso de um protestante, cuja alcunha “papa protestante” lhe foi imposta no auge de sua velhice. A idolatria, portanto, figura em seu discurso como o maior de todos os pecados, segundo os ensinamentos da Reforma. Tal fato dificilmente seria percebido por leitores de origem católica.

A descoberta da edição brasileira de *De la démocratie en France* se deu por obra do acaso. O título aparece nas correspondências de Álvares de Azevedo¹⁶, e em artigos de jornais publicados na cidade. Um exemplar da primeira edição – raríssimo – está conservado na Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e traz uma série de indícios e informações paratextuais que incitaram nossa curiosidade sobre a vida desse livro. Mais tarde, as leituras de Guizot e sobre Guizot foram aos poucos esclarecendo que, embora esquecido, ele foi uma figura-chave para se compreender os limites do pensamento liberal em sua vertente conservadora na França, mas também no Brasil durante a Regência e o II Reinado.

Tal perspectiva é corroborada por Tâmis Parron, em sua investigação sobre as matrizes francesas do libelo de Justiniano José da Rocha (1812-1862), escritor, tradutor, jornalista, político e ideólogo que gozou de notável influência durante o período regencial e nos primeiros anos do II Reinado. No estudo, o autor segue os rastros de leitura de outro doutrinador francês, da mesma cepa de François Guizot, embora menos conhecido: Jean-Baptiste Raymond Cailleux, e sua *L'Histoire de la Réforme, de la Ligue et du Règne de Henri IV* [Paris : Duféy, 1835]. O livro, como observa Parron, funda-se na mesma estrutura tripartite evidenciada por Justiniano José da Rocha, em *Ação; Reação; Transação*, para explicar a formação do Estado francês¹⁷. O paralelo não se apresenta por acaso, pois, na verdade, Justiniano será um dos mais entusiasmados publicistas de Guizot em 1849, quando editava o jornal *O Brasil*¹⁸. Essa questão deve ser melhor explorada, mas parece claro que o defensor do II Reinado como uma forma de conciliação das classes políticas se apresenta como um interlocutor importante do ideólogo francês no Brasil.

Enfim, não se pode perder de vista a estatura de François Guizot. Um homem de Estado, escritor prolífico e historiador de peso. Sua obra compôs o repertório de figuras de proa da monarquia brasileira, a exemplo de Paulino Soares de Sousa, o visconde de Uruguai (1807-

¹⁶ Em carta de 7 de julho de 1849, o poeta escreve à mãe: “Quanto a mim quero lhe fazer 2 encomendas também – um exemplar da *Démocratie en France* de Guizot – e do Raphael de Lamartine q ahi nos jornais se anunciarão um a 200 rs. e o outro 800”. *Cartas de Álvares de Azevedo*. Comentários de Vicente de Azevedo. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976, p. 114.

¹⁷ “O mais influente dos doutrinários foi François Guizot, escritor copioso, grande teórico político de posição [...] Em que pesem os pontos de contato, o paralelo entre Guizot e Justiniano deve ser limitado, sob a pena de elidir diferenças relevantes. A obra do primeiro é extensa, teórica, complexa; a do segundo breve, meio teórica e meio prática, mais simples”. Tâmis Parron, *O Império num Panfleto? Justiniano e a Formação do Estado no Brasil do Século XIX*, mimeo, p. 17.

¹⁸ Conseguimos apurar alguns artigos, mas falta uma análise mais sistemática de *O Brasil* no período em tela. Aliás, dois jornais, em especial, pautaram o debate em torno do livro *De la démocratie en France: O Brasil e o Correio Mercantil*. O último nasceu do *Farol Constitucional*, de 1842, o qual, por sua vez, foi sucedido, em 1843, pelo *Farol* e, em 1844, pelo *Mercantil*. O *Correio Mercantil* aparece em 1848, sob a direção de Rodrigues & Comp. A folha se mantém com o mesmo título até 1868. Machado de Assis colaborou como redator do periódico. Paulo Berger, *A Tipografia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Cia. Industrial de Papel Pirahy, 1984, p. 50. Enquanto *O Brasil*, dirigido por Justiniano José da Rocha, é expressão do Partido do Regresso, apadrinhado por Paulino Soares de Sousa, o visconde de Uruguai, a quem serve com fidelidade. Não seria estranho imaginar que toda a promoção de *De la Démocratie en France* e das ideias de Guizot, tal como elas foram defendidas n’*O Brasil*, tenha partido do próprio visconde de Uruguai, um leitor entusiasmado do ideólogo francês. Nelson Werneck Sodrê, *História da Imprensa*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966, p. 218

1866)¹⁹, de José da Costa Carvalho, o marquês de Monte Alegre (1896-1860)²⁰ e de Tobias Barreto (1839-1889), que lhe consagrou seu primeiro artigo de filosofia, “Guizot e a Escola Espiritualista do Século XX”²¹.

Justificativa (escopo acadêmico e científico)

A problemática se construiu a partir da noção de “matrizes intelectuais da Revolução Francesa”, ou seja, ela se baseia no princípio segundo o qual o processo revolucionário se instaura, em primeira instância, no campo das ideias. Para aqueles que viveram sob o signo incerto das paixões e ódios latentes que a Revolução provocou, já no primeiro meio-século do Oitocentos, tratava-se de investigar os efeitos subversivos da palavra impressa. É o que se apreende, por exemplo, na análise pioneira de Mme De Staël (1766-1817) e, posteriormente, nas reflexões de Alexis de Tocqueville (1805-1859) e Hypolite Taine (1828-1893)²².

Em 1933, Daniel Mornet se voltou para a problemática da formação da consciência revolucionária, estabelecendo um método que lhe permitiu buscar, na documentação compulsada – basicamente a presença de livros em inventários – as matrizes ideológicas da Revolução²³. No segundo centenário da Revolução Francesa (1989)²⁴, Roger Chartier retoma a tese de Mornet, mas em chave diversa. Para o autor, suas premissas teriam recebido imediata aceitação por parte de Taine e de Tocqueville, a bem da verdade, por outras vozes já no Setecentos. Mas era necessário ir além, problematizar suas hipóteses à luz de novos estudos no campo da história do livro e das práticas de leitura. Destarte, Chartier transfere o debate para o plano das representações, ou seja, o poder conferido à palavra impressa e, de modo especial, aos livros que conformaram as linhas mestras da história revolucionária. Segundo o autor, as matrizes culturais de 1789 estariam inscritas na longa duração, sendo difícil, senão, inútil tentar associá-la exclusivamente aos ideais próprios do Iluminismo. Ao que conclui: “de um lado, como pretende Foucault, [era necessário]

¹⁹ François Guizot teria pautado as formulações do Visconde de Uruguai acerca do sistema político, das instituições de Estado e da representação civil, como aponta recente estudo. Cf. Ricardo Véles Rodrigues, “François Guizot e a sua Influência no Brasil”, <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/FGIB.pdf>

²⁰ Marisa Midori Deaecto, *O Império dos Livros. Instituições e Práticas de Leituras na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2011, pp. 160-162.

²¹ João Cruz Costa, *Contribuição à História das Ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 306. Segundo José Murilo de Carvalho esses ideólogos das Restauração e da Monarquia de Julho serão em certa medida esquecidos nos anos de 1860-1870, quando o positivismo surge com notável força entre os intelectuais brasileiros. José Murilo de Carvalho, “República, democracia e federalismo no Brasil (1870-1891)”. *Linguagens, Fronteiras, Poder*. José Murilo de Carvalho *et. al.* (Org.). Rio de Janeiro: FGV, 2011, pp. 15-35.

²² Roger Chartier, “Lumières et Révolution. Révolution et Lumières”. *Les Origines Culturelles de la Révolution Française*. Paris: Seuil, 2000, pp. 15-35.

²³ Segundo o autor, “nosso estudo se propõe justamente investigar qual foi exatamente o papel da intelectualidade na preparação da Revolução. Quais foram as ideias dos grandes escritores; e quais foram as ideias daqueles escritores de segunda, terceira, décima ordem, pois aqueles que para nós são de décima ordem, o foram, talvez, para os contemporâneos, de primeira ordem. Como uns e outros agiram sobre a opinião pública geral, sobre aqueles que não pertenciam ao mundo das letras, que não eram pessoas do *métier*?”. Daniel Mornet, *Les Origines Intellectuelles de la Révolution Française (1715-1787)*. 4^o ed. Paris: Armand Colin, 1947, p. 2 [1^a ed.: 1933]. Reedição recente [2010] da obra sugere que outros investigadores têm revisitado este estudo pioneiro.

²⁴ Ver, especialmente, a coletânea de ensaios sob o título *1789 – La Commémoration*. Paris: Folio, 1999.

restituir ao acontecimento sua radicalidade e irreduzível singularidade; de outro, identificar as continuidades ocultas e paradoxais que o tornaram possível.”²⁵

Há, no Brasil, uma tradição consolidada de estudos que se voltaram para a temática das matrizes francesas na formação de nossa classe política, desde a crise do sistema colonial, passando pelos momentos decisivos de formação das instituições nacionais²⁶, até a crise terminal do regime monárquico. Aprendemos desde longa data que os intelectuais dessa porção do Atlântico se orientavam pelo meridiano de Paris²⁷. Nossas pesquisas buscaram reabilitar esse debate por meio do levantamento do repertório de leitura e dos livros em evidência na Faculdade de Direito do Largo São Francisco e nas livrarias da cidade, em especial, a Casa Garraux²⁸. Atualmente, Vivian Nani Ayres busca aprofundar essa questão, ao avaliar não apenas o repertório registrado nos inventários da Biblioteca da Faculdade de Direito, nos catálogos de livrarias e em outras peças de publicidade da época, mas ao confrontar esses dados com os livros registrados nos inventários *post mortem* de figuras expressivas da comunidade acadêmica²⁹.

Neste projeto não visamos a identificação de livros em inventários e catálogos. O que se busca, ao contrário, é identificar as referências a Guizot nos discursos políticos, nos jornais, nas memórias, noutros termos, no mar de escritos que produziu nossa elite política. Ao mesmo tempo, ao buscar as edições impressas em português, o presente estudo subentende outra sorte de recepção. Ou, pelo menos, novos circuitos que não passam necessariamente pelas comunidades de leitores francófonos – o que corresponde, muito provavelmente, à maioria dos leitores cultos.

Nesse aspecto, propõe-se colocar à luz alguns pressupostos de Michel Espagne acerca da dinâmica das redes de trocas entre dois países. Ao focar as transferências franco-alemãs nos anos de 1830, em particular, a recepção de Fichte na França, escreve: “A recepção de uma teoria se mede principalmente por meio da cronologia das traduções. A primeira tradução recenseada, feita por Pierre Lortet, intitulou-se *De l’essai d’une guerre légitime, trois leçons faites à Berlin em mai 1813*, e ela apareceu em Lyon em 1831. Em seguida, foi a tradução de *Destination de l’homme*, publicada por Barchou de Penhœn, em 1832 [...]. As primeiras traduções como os

²⁵ Roger Chartier, *Les Origines Culturelles de la Révolution Française*. Paris: Seuil, 2000, pp. 297-298.

²⁶ Cf. Marisa Midori Deaecto; Lincoln Secco, “Seditious Books and Ideas of Revolution in Brazil”, *Books and Periodicals in Brazil – A Transatlantic Perspective (1768-1930)*. Edited by Ana Cláudia Suriani da Silva and Sandra Guardini Vasconcelos. London: Legenda, 2014, pp. 52-67.

²⁷ Eduardo Frieiro, *O Diabo na Livraria do Cônego*. 3ª. edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981 [a primeira edição é de 1945], p.51. Não temos a intenção de propor um retrospecto historiográfico da produção sobre o livro e a leitura no Brasil, porém, mostrar como estas questões relativas às matrizes ideológicas da revolução e do ideário iluminista estão presentes nas investigações locais sobre o livro e as práticas de leitura. cf. Maria Beatriz Nizza da Silva, “História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas”. In: *Leitura, História e História da Leitura*. Márcia Abreu (Org.). Campinas; São Paulo: Mercado das Letras; Fapesp, 1999, pp.147-163; Luiz Carlos Villalta, *Reformismo, Censura e Práticas de Leitura*. Usos do livro na América portuguesa. Tese. Departamento de História, FFLCH-USP, 1999; Marianne Reizewitz, “O impacto do ideário iluminista no Brasil: razão e livros sediciosos”. *Entre Passado e Futuro – Revista de História Contemporânea*, 2002, nº 1, ano 1, pp. 41-57.

²⁸ Aliás, todas as obras de Guizot adquiridas nos sebos da cidade trazem o selo da Livraria Garraux. Cf. Marisa Midori Deaecto, *O Império dos Livros... op. cit.*

²⁹ Cf. Vivian Nani Ayres, *Da Sala de Leitura à Tribuna: Livros e Cultura Jurídica em São Paulo (1850-1890)*, mimeo. Projeto de Doutorado em andamento (Fapesp, Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior, Processo 2015/11823-3), sob minha orientação.

primeiros comentários estavam marcados pelo espiritualismo”³⁰. De forma análoga, perguntamos: qual teria sido a contribuição do texto de Guizot em português, no contexto de sua edição? Houve outras traduções? Como teria sido recebida a sua obra?

As traduções devem ser compreendidas como uma estratégia de difusão de determinado escrito em escala ampliada, senão, de sua vulgarização. Obras traduzidas poderiam, talvez, apresentar-se como recurso importante para a formação da opinião pública, conceito polêmico, sem dúvida, sobretudo quando empregado no contexto estudado³¹. Todavia, a articulação de pressupostos da história do livro e da bibliografia material com aqueles já bem estabelecidos pela história política do Brasil monárquico³² não nos ajudaria, enfim, a avançar um pouco mais na análise dessa relação sempre tão complicada e contraditória entre o império das ideias e o mundo dos homens?

Impactos científicos e sociais e por que o IEA?

Mas a chave principal da investigação é a democracia. No discurso dos personagens que protagonizam o debate em torno do livro de Guizot e, obviamente, em seu próprio discurso. É preciso compreender o sentido da “idolatria democrática” que tanto perturbou os setores mais conservadores da França de 1848, e a forma como esse discurso foi apropriado e transformado no Brasil, por seus contemporâneos.

Escusado dizer o quanto a polarização política a que temos assistido no Brasil (e no mundo), mobilizou os setores mais conservadores a questionar a validade do regime democrático e, de quebra, o próprio sufrágio universal. No caso brasileiro, não se pode atribuir tal fato à simples ação da *media*. Antes, é preciso compreender a crítica à democracia como expressão da fragilidade estrutural do Estado brasileiro. Na perspectiva de Christian Edward Cyril Linch, a democracia se apresenta como um estágio superior das instituições políticas. A primeira etapa da constituição do Estado corresponde a uma organização monárquica ou autocrática; sua superação se dá sob a forma aristocrática e oligárquica, para, enfim, atingir-se a democracia formal. O esquema montado pelo autor assume que “embora todas as sociedades democráticas tenham percorrido as três etapas do processo de construção de seus Estados nacionais, elas não o fizeram ao mesmo tempo nem na mesma velocidade”³³, o que justificaria a noção de atraso das instituições

³⁰ Michel Espagne, *Les Transferts Culturels Franco-Allemands*. 2^o éd. Paris: PUF, 2010, pp. 252-253. [1^o éd., 1999].

³¹ Cf. Marco Morel, *As Transformações dos Espaços Públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo : Hucitec, 2005.

³² É ampla e riquíssima a historiografia sobre o período. Diante da dificuldade de apresentá-la e considerando que no tópico seguinte há considerações acerca de alguns autores mais afinados com nossa proposta, lembramos apenas o estudo clássico de Ilmar Rohllof de Matos, por sua importância no desvelamento das coalizões de classe havidas, no período em análise, e seu papel na construção do Estado brasileiro. Cf. Ilmar Rohllof de Matos, *No Tempo Saquarema. Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2011 [1^a ed. 1987]. Estudo mais recente, mas verdadeiramente enriquecedor para a compreensão do período Regencial, não sob a chave da democracia, mas do federalismo, é o livro de Miriam Dolhnikoff, *O Pacto Imperial*. São Paulo: Editora Globo, 2005.

³³ Christian Edward Cyril Linch, *Da Monarquia à República. História Institucional e Pensamento Brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014, p. 26.

políticas, por exemplo, se confrontarmos a história latino-americana com a europeia. Sem dúvida, uma interpretação invulgar da história das instituições brasileiras – na verdade, latino-americanas – circunscrita às categorias da Ciência Política.

A história política e da representação popular deve ser construída em uma perspectiva multidisciplinar, de tal sorte que a questão das matrizes culturais, tomada sob o viés da materialidade dos escritos e de suas condições de produção, difusão e recepção some esforços para a história de uma democracia frágil, ainda em construção. A abordagem que ora se apresenta parece se ajustar bem ao programa do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, por tratar de uma temática candente na sociedade atual e, ao mesmo tempo, por postular uma elaboração crítica sob viés comparativo sobre as formulações da República e do sufrágio. Toma-se o período (1840-1860) como um momento-chave da formação de nossas instituições políticas e de afirmação do regime monárquico.

Finalmente, gostaria muitíssimo que esta pesquisa fosse desenvolvida no IEA, pois tenho o maior interesse em transformar este projeto em um material rico e pertinente para a debate da história brasileira, sem perder de vista elementos que nos permitam construir criticamente uma análise da atualidade. Eu acompanho as atividades do IEA e creio que esta abordagem multidisciplinar, comparativa e histórica de uma temática atual tem relação direta com a instituição.

Áreas do conhecimento

História do Brasil Monárquico – História Contemporânea – História do Livro e da Edição – História das Representações e Práticas da Leitura – História das Ideias – Ciências Políticas

Plano de trabalho a ser executado pelo pesquisador

Propõe-se a seguinte estrutura:

1. Guizot: esboço biográfico e ideias políticas
2. O debate sobre a democracia (e o sufrágio universal) no contexto das revoluções de 1848
3. A recepção de François Guizot no Brasil (do folhetim ao livro)
4. Conclusões

Cronograma

Por levantamento de fontes compreendemos a leitura dos jornais cariocas, no período de 1848 a 1860. Além disso, pretende-se vasculhar o arquivo de Guizot depositado em Nîmes (janeiro de 2017). É provável que Guizot tenha se correspondido com brasileiros, pelo menos durante a tradução de seu livro para o público brasileiro. Alguns apontamentos apresentados por Rosanvallon, De Broglie e Theis nos tornam otimistas quanto a possibilidade de haver documentos específicos sobre a edição do livro em foco, bem como sua tradução para o mercado brasileiro.

Atividades	Meses					
	1º	2º	3º	4º	5º	6º
Coleta e sistematização das fontes documentais	X	X	X	X	X	
Debate historiográfico	X	X	X	X	X	X
Redação e Apresentação dos Resultados					X	X

Elaboração de trabalhos científicos (papers, livros e outros)

Um semestre de pesquisa parece bastante satisfatório para a redação, publicação e apresentação do trabalho sob a forma de seminários de discussão.

Referências bibliográficas: Fontes

– A bibliografia utilizada foi referenciada de forma completa nas notas de rodapé. Considerando este fato, vamos elencar apenas as principais fontes de pesquisa compulsadas até o momento.

Atas do Conselho de Estado

http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtasDoConselhoDeEstado.asp

Anais do Império (infelizmente não há o volume relativo a 1849)

http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp

A Sentinella do Trono, Typ. do Diario do Rio, de N. L. Vianna, vários números.

BERGER, Paulo. *A Tipografia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Cia. Industrial de Papel Pirahy, s.d.p.

Cartas de Álvares de Azevedo. Comentários de Vicente de Azevedo. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976.

Correio da Tarde, Rio de Janeiro, vários números

Dictionnaire de la Commune. Paris: Bernard Noël, 1971.

Dictionnaire des Ministres des Affaires Étrangères. Paris: Fayard, 2005.

GUIZOT, François. *A democracia na França*. Tradução em portuguez por ***. Paris: Typ. de E. Thurnot et Cie., 1849.

GUIZOT, François. *De la Démocratie en France*. Janvier 1849. Paris : Victor Masson, Libraire, 1849.

GUIZOT, François. *Lettres à sa Fille Henriette (1836-1874)*. Introduction, notes et index par Laurent Theis. Paris: Perrin, 2002.

GUIZOT, François. *Trois Générations (1789-1814-1848)*. Paris: Michel Lévy Frères, Libraires Éditeurs, 1863.

ROCHA, Justiniano José da. *Acção; Reacção; Transacção*. Duas Palavras Acerca da Realidade Política do Brazil. Rio de Janeiro: Typ Imp e Const de J Villeneuve, 1855.

ROCHA, Justiniano José da. *Monarquia. Democracia*. Rio de Janeiro: Paula Brito, 1860.

O Brasil, Rio de Janeiro, vários números